

Título: As condições de precarização do trabalho e da segurança de jornalistas investigativos independentes¹

Título em inglês: The conditions of precariousness and security of the work of independent investigative journalists

Abinoan Santiago dos Santos²
Paula Évelyn Silveira Barbosa³
Paula Melani Rocha⁴

Resumo: O artigo aborda a vulnerabilidade e insegurança no trabalho de repórteres investigativos independentes, sem contrato de trabalho ou sem qualquer outro tipo de vinculação formal com empresas jornalísticas, em um cenário de precarização da profissão acentuado pela crise do modelo industrial. A discussão ancora-se em dados sobre relações de trabalho e emprego, condições necessárias de segurança, auxílio e recomendações de entidades e instituições nacionais e internacionais. Também foi aplicado um questionário com quatro repórteres. A análise fundamenta-se em jornalismo investigativo, transformações do jornalismo e precarização do trabalho.

Palavras-Chave: Jornalismo investigativo 1. Jornalismo independente 2. Precarização do trabalho 3.

Abstract: The article discusses the vulnerability and insecurity in the work of independent investigative reporters without employment contract or any other formal link with journalistic companies, in a scenario of precariousness of the profession accentuated by the crisis of the industrial model. The reflection is anchored in data on labor and employment relations, the necessary conditions of security and in the aid, and recommendations of national and international entities and institutions. A questionnaire was also applied to four reporters. The analysis is based on investigative journalism, transformations of the journalism and labor precarization.

Keywords: Investigative journalism 1. Independent journalism 2. Labor precarization 3.

¹ Trabalho apresentado no V Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, em 27 de junho de 2018.

² Jornalista, bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Mestrando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Capes. Email: abinoansantiago@gmail.com.

³ Mestranda do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Jornalista formada pela Universidade de Brasília. paulaesb@yahoo.com

⁴ Professora do Programa de Mestrado em Jornalismo e da graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa e pesquisadora colaboradora do LabJor/Unicamp. Desenvolve o projeto Inovação tecnológica e conhecimento científico em Jornalismo, com o apoio da FAPESP. paulamelani@gmail.com

.....

1 As transformações do jornalismo, precarização e mercado de trabalho

Historicamente, o mercado de trabalho em Jornalismo no Brasil caracterizou-se por jornadas extensas, duplicidade de empregos e faixa salarial entre média e baixa. Em entrevista a Alzira Alves de Abreu (2017) realizada em 1997, o jornalista Merval Pereira, que então ocupava o cargo de diretor de redação do jornal O Globo, descreve como era a situação do mercado profissional na década de 1960 quando ele ingressou:

Jornalista era uma profissão muito mal paga e as pessoas tinham vários empregos, quase sempre empregos públicos. O jornal era mais um “bico”, era uma coisa meio boêmia, uma profissão intelectual. O jornalista também não achava que tinha que ganhar muito no jornal, porque ali era o lugar onde ele servia à sociedade, se divertia e desempenhava um papel social (ABREU, 2017, p.152).

Passaram-se mais de cinco décadas e o jornalismo ainda se configura como uma pirâmide profissional caracterizada por um acúmulo de cargos em sua base e poucas posições no topo com alta remuneração. Basta observar os pisos salariais em cada estado do país⁵, e o volume de cargos e funções que englobam. No Paraná, por exemplo, de acordo com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindjor PR), referente a 2017, o piso da base da pirâmide representado pelas funções repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico era de R\$ 3.384,79, o de editor R\$ 4.400,22. E o de cargos de chefia como editor chefe, chefe de setor, chefe de reportagem era R\$ 5.077,19⁶. Todos em relação à jornada de cinco horas de trabalho. Postos mais altos como diretor de redação e chefe de redação não possuem piso pré-determinado⁷.

A jornada de trabalho, embora fosse determinada de acordo com o Decreto-Lei 910 de 30 de novembro de 1938, assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, de cinco horas, tanto de dia como de noite, podendo ser contratualmente prolongada para sete horas (com compensação financeira), durante o século XX os plantões, pescoções e escalas ultrapassavam constantemente esse teto. Na década de 1980, o mercado profissional passou

⁵ O piso salarial no Jornalismo muda de acordo com o estado e região, por exemplo, no estado de São Paulo o piso da capital é diferente do interior do estado. Ainda há estados que não dispõem de uma regulamentação de um valor mínimo pelo labor jornalístico, como é o caso de Amazonas, Amapá, Bahia etc.

⁶ Disponível em <http://sindjorpr.org.br/tabela-salarial> Acessado em 03/06/2018

⁷ É válido lembrar que há empresas que pagam mais que o piso e possuem plano e carreira própria.

por uma crise, a qual levou a FENAJ (Federação Nacional dos Jornalistas), com o apoio dos sindicatos, a incluir a assessoria de imprensa como um segmento de mercado empregatício para profissionais formados em Jornalismo. Contudo, o pior ainda estava por vir.

Fígaro (2013) aponta que sobretudo a partir dos anos 1990 desencadeou-se uma reestruturação produtiva no mundo do trabalho, impactando nas relações trabalhistas. Essas mudanças afetaram empregos, organização das empresas e a implantação de políticas de gestão em diferentes áreas e campos profissionais. Em 1994, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho, mais de 800 milhões de pessoas estavam desempregadas ou subempregadas no mundo e a tendência era desse número aumentar no início do século XXI, impulsionado pela revolução tecnológica e pela inserção das máquinas em praticamente todos os setores e indústrias da economia global (RIFKIN, 1995). No jornalismo, entre os alvos atingidos estava o mercado profissional. Foi justamente após a década de 1990 que despontaram e intensificaram formas de contratos de trabalho sem registro em carteira profissional, configurando a terceirização do trabalho, tais como: os contratos de trabalho por tempo determinado, contratos de pessoa jurídica (PJ), cooperados e freelancers (FÍGARO, 2013).

Já no cenário da crise do modelo industrial, intensificado a partir da segunda década do século XXI, esse leque de nomenclaturas recebeu novos incrementos como sócio participativo, prestador de serviço e profissional autônomo, amplificando, assim, a tercerização do trabalho. Associado a essa precarização, passou a ocorrer também a flexibilização do trabalho. Busca-se atualmente o jornalista com perfil digital, ou ainda multitarefa, capaz de manusear diferentes ferramentas tecnológicas e produzir conteúdo para múltiplas plataformas - áudio, audiovisual, texto e imagem.

Para Charron e Bonville (2016), as mudanças que o jornalismo vem sofrendo desde o final do século passado, ocasionaram um desequilíbrio na relação entre os cinco mercados que cercam o mundo do jornalismo: mercado das fontes; mercado profissional; mercado dos consumidores; mercado dos anunciantes e; mercado financeiro. A estabilidade que predominou entre esses mercados ao longo do século XX foi abalada pela Internet e a pela hiperconcorrência, culminando em uma mudança de paradigma no jornalismo, a qual teve

como desdobramentos novas configurações de modelos de gestão e financiamentos de empreendimentos jornalísticos, ecoando também no mercado profissional.

Somado a isso, também nesse período, anterior ao início do século XXI, o modo de produção capitalista experienciou mais uma de suas crises conjunturais emergindo o capitalismo pós-industrial, e um dos pilares afetados foi o mercado de trabalho, incluindo a organização social do trabalho e a mão de obra. Jornalistas foram demitidos em diferentes países como apontam estudos nacionais e internacionais (ÖRNEBRING, 2017; EKDALE, TULLY, HARMSEN & SINGER, 2015; MICK & LIMA, 2013), precarizou-se ainda mais o trabalho desses profissionais e flexibilizou-se as relações de trabalho resultando em instabilidade profissional e empregatícia. Como se não bastassem todas essas sobrecargas recaídas sobre a mão de obra do jornalista, o discurso da crise adentra nas redações e naturaliza-se a favor das empresas, que também passam a ser vistas como vítimas e impotentes frente a uma situação exterior a elas.

Outro aspecto paralelo às crises, do modo de produção capitalista e do próprio jornalismo, que também desequilibra a balança do mundo do jornalismo é o número de egressos de instituições de ensino superior que buscam anualmente uma vaga no mercado de trabalho. Com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da atividade, regulamentada pelo Decreto-lei 972/69, e 17 de outubro de 1969, aumentou-se gradativamente o número de cursos superiores em Jornalismo no país. Em 1960 eram seis faculdades e no início da década de 1990 somavam mais de 100 (ROCHA, 2004). O crescimento dos cursos gerou um maior contingente de recém-formados disputando o mercado, o que em parte também repercutiu nas transformações do mercado de mão de obra e no rejuvenescimento da carreira (ROCHA; SOUSA, 2008; PEREIRA; ADGHIRNI, 2011), composta por "... jovens, não sindicalizados, que mantêm vínculos precários, trabalham entre oito a dez horas por dia e em ritmo acelerado" (FÍGARO, 2013, p.45). Em 2012 totalizavam-se 312 cursos de Jornalismo no país, sendo a maior parte na região Sudeste (MICK; LIMA, 2013), apesar da queda do diploma para o exercício da profissão desde 17 de junho de 2009 e da retração das vagas no mercado de trabalho.

O número de empregos formais no jornalismo brasileiro há anos não supera o mercado informal e o distanciamento entre ambos aumenta conforme os movimentos do mercado e da

concorrência. Em 2002, o mercado formal representava 20% do número total de jornalistas atuando no mercado nacional, segundo dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) (FÍGARO, 2013). Dez anos depois, ao comparar os dados da FENAJ de 2012, 145 mil jornalistas (MICK, LIMA, 2013) com os da RAIS (que considera apenas o contrato formal com registro em carteira - Consolidação das Leis de Trabalho - CLT) de 2013, 74.487 (LEITE, 2015), o mercado formal correspondia a 51,37% do mercado nacional.

Outro dado que espelha os dados do mercado informal é o número de jornalistas *freelancers* atuando em redações. Em 2012, 40,2% dos jornalistas que trabalhavam em redações nos setores classificados como dentro da mídia (jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão e agências de notícias) estavam contratados como *freelancer* ou sem contrato formal de trabalho. E provavelmente esse número acentuou após 2012, com a crise que abateu o mundo do jornalismo no Brasil. De acordo com a Conta dos Passaralhos, entre 2012 a 19 de abril de 2017, ocorreram 2.123 demissões de jornalistas e um total de 7.227 demissões em empresas de mídia, entretanto não conseguiram contabilizar as demissões individuais e em assessorias de imprensa e de comunicação⁸, o que significa que esse número pode ser ainda maior. O jornal A Gazeta do Povo, de Curitiba entre 2012 a 2014 demitiu 63 jornalistas como consta na Conta dos Passaralhos, porém nos anos subsequentes ocorreram demissões individuais, somando quase 40 profissionais. Repórteres especiais e investigativos foram desligados da empresa gradativamente nesse período. Em 1º de junho de 2017 o jornal deixou de ser impresso e tornou-se apenas online.

O artigo proposto busca, assim, discutir sobre a segurança no trabalho dos/das jornalistas no exercício profissional no contexto do século XXI, em especial os/as profissionais que trabalham com reportagens investigativas e são denominados independentes, ou seja, não trabalham para uma empresa jornalística com registro de trabalho em carteira - CLT. Isso significa que esses profissionais não desfrutam dos benefícios trabalhistas, tais como seguro desemprego, seguro de vida, auxílio creche, aposentadoria, seguro saúde, jornada de trabalho regulamentada, férias, décimo terceiro, descanso remunerado, por exemplo. Além de não poderem compartilhar de infraestrutura para a

⁸ Disponível em <http://passaralhos.voltdata.info/> Acesso em 26/05/2018.

produção da reportagem como: locomoção, custos de apuração, equipe de apoio e suporte judicial.

A discussão está cotextualizada nos impactos das transformações estruturais do jornalismo (CHARRON; BONVILLE, 2016) e da conjectura do terceiro estágio do capitalismo (RIFKIN, 1995) sobre as relações de trabalho dos e das jornalistas independentes e investigativos(as) e seus enfrentamentos. Rifkin (1995) considera a crise no trabalho como um dos desdobramentos da terceira grande revolução industrial, gerando problemas complexos no que ele caracterizou como era pós-mercado.

O jornalismo investigativo, embora não seja consensual sua demarcação, está associado a denúncia de irregularidades sejam políticas, econômicas ou sociais, cometidas por órgãos públicos, privados, entidades sem fins lucrativos ou organizações criminais, por exemplo. O mérito da investigação é do repórter ou da equipe de reportagem (REYES, 1999).

Los tres elementos básicos son: que la investigación sea el trabajo del reportero, no un informe sobre una investigación hecha por alguien más; que el tema de la información trate de algo de razonable importancia para el lector o el televidente; y que haya quienes se empeñen en esconder esos asuntos del público (GREENE, apud REYES, 1999, p. VII).

Assim, o/a repórter está no centro da condução das investigações, logo está suscetível a ameaças, perseguições, situações de stress, agressões e confrontos. Pesquisa com 34 iniciativas de 13 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Peru, Venezuela e Uruguai) realizada pelo *Foro Latino Americano de Medios Digitales y Periodismo* constatou que a maior parte das iniciativas que realizam jornalismo investigativo são financiadas por doações internacionais e por estratégias de captação de fundos coletivos. Em 2017, o Sembramedia (2017)⁹ divulgou um estudo sobre 100 *startups* de jornalismo digital, na Argentina, Brasil, Colômbia e México, revelando que 49% foram criadas há mais de 4 anos e 45% sofreram violência ou ameaças por causa do jornalismo praticado. No Brasil a jovialidade das *startups* não é diferente. Panacioni e Rocha (2017) sugerem que esse movimento é decorrente da crise no mercado de trabalho das empresas de comunicação tradicionais, que enxugaram as redações. Ao observar o

⁹ Disponível em <<http://data.sembramedia.org/?lang=pt-br>> Acesso em 03/06/2018.

levantamento de iniciativas independentes (sem qualquer conexão com grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas), denominado Mapa do Jornalismo Independente¹⁰, realizado pela Agência Pública¹¹ das 86 iniciativas selecionadas pela própria Pública e 133 indicadas por leitores, detectou-se que a maior parte foi criada a partir de 2010 (PANACIONI, ROCHA, 2017). Desse total, 2% fazem referência explícita a “jornalismo investigativo” ou “reportagem investigativa”, em sua descrição (NORONHA, ROCHA, 2017), ou seja, são negócios independentes, caracterizados por redações de pequeno porte com escopo em produção investigativa.

Para uma melhor compreensão dos argumentos elencados nesta reflexão, o artigo estrutura-se em três partes: jornalismo investigativo suas demarcações e as especificidades da reportagem investigativa; os riscos que sombreiam os/as profissionais e as medidas de segurança para garantir a sobrevivência profissional bem como o auxílio e as recomendações de entidades e instituições nacionais e internacionais que atuam em parceria com o/a profissional; por fim, a análise dos questionários aplicados em quatro jornalistas independentes que atuam ou atuaram na produção de reportagens investigativas, na tentativa de compreender como eles percebem e gestam a precarização do trabalho jornalístico e a vulnerabilidade no exercício da profissão. Os cuidados que assumem para garantir a segurança pessoal e a qual instâncias recorrem em busca de auxílio.

2. Jornalismo investigativo e suas demarcações

"Todo jornalismo é investigativo ou não é jornalismo.
Donde se conclui que o que lemos, ouvimos ou vemos
todos os dias na imprensa não é jornalismo.
(Alberto Dines¹²)

Conceber o jornalismo investigativo como um gênero jornalístico ou ainda uma especificidade do exercício da atividade não é consensual, nem no âmbito da academia

¹⁰ Disponível em http://apublica.org/mapa-do-jornalismo/index.html#_ Acesso em 03/06/2018

¹¹ Site de jornalismo investigativo independente lançado em 2011.

¹² Trecho do discurso escrito por Alberto Dines e lido por sua mulher Norma Cury, no 11º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo, realizado em 2016, na Universidade Anhembi Morumbi em São Paulo.

tampouco do mercado. Há os que defendem que todo jornalismo é investigativo, ou pelo menos deveria ser, pois suas deontologias e conceitos coincidem com as demarcações do jornalismo investigativo. Contudo, ao considerar isso, sugere-se que notícias factuais ou mesmo entrevistas coletivas não configuram jornalismo. Nesse sentido, Nascimento (2010) levanta a questão: "E, pensando assim, seria necessário concluir que quase 100% das matérias publicadas todos os dias pelos jornais e veiculadas em noticiários de rádio e televisão não são matérias jornalísticas. E então, são o quê?" (NASCIMENTO, 2010, p.14).

Pautados nessa reflexão, alinhada à configuração do jornalismo ao longo do século XX e à própria observação da prática do jornalismo investigativo a partir do século XIX, pesquisadores, profissionais e entidades apresentam particularidades que caracterizam o jornalismo investigativo. Para o pesquisador e professor argentino Silvio Waisbord, o jornalismo investigativo trabalha com pautas que abordam necessariamente irregularidades envolvendo governos, pessoas ligadas ao governo e autoridades em geral (WAISBORD, 2000 apud NASCIMENTO, 2010). Já o jornalista Bob Greene, ganhador de dois prêmios Pulitzer, compreende jornalismo investigativo como aquele que é resultado do mérito do/da repórter, ou seja, é de responsabilidade do/da profissional produzir e desvendar a descoberta. Essa definição é compartilhada por Lopes e Proença (2003, p.15):

O jornalista investigador é quem provoca a informação, é quem dá os passos necessários para a obtenção dos dados que necessita para completa-la, aquele que busca, compara, não é um mero receptor da informação. É aquele que se adianta aos acontecimentos. Não espera que os fatos se produzam; ele os desencadeia ou os para com sua investigação, dependendo dos fatos e do que tratam.

Também coincide com as demarcações do Investigative Reporters and Editors - IRE (1993) que considera repórter investigativo aquele que obtém as informações de pessoas ou instituições por meio do seu próprio trabalho e de sua iniciativa, sendo ele/ela quem desvende segredos e denúncias. Os autores americanos Kovach e Rosenstiel (2003) incluem nessa perspectiva dois tipos de reportagem: a investigativa original e a investigativa interpretativa. A primeira corresponde aos atributos apontados pelo IRE e por Greene, Lopes e Proença, ou seja, a autoria da investigação e do/da próprio/a jornalista; a segunda é aquela na qual o/a jornalista é responsável pela interpretação e análise dos dados. A interpretação por parte do repórter revela o esforço em conectar peças de informação, desconexas e soltas em uma

atitude ativa e não meramente passiva na recepção de informações (NEGRINI, 1996). Assim, os autores diferenciam esses dois modelos de uma terceira caracterização de reportagem comumente usual no jornalismo, a reportagem sobre investigações, quando o/a repórter se apropria de alguma investigação que está em trâmite, normalmente encabeçada por uma autoridade judicial ou policial. Essa última não se caracteriza como jornalismo investigativo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003)

Outra especificidade é com relação à aplicação dos métodos de apuração e o rigor que norte o uso dos procedimentos para garantir a validade da informação. Isso é perceptível em reportagens notórias como Operação Massacre de Rodolfo Wash¹³, *The History of Standard Oil Co* de Ida Tarbell¹⁴ e o caso Watergate¹⁵, as três envolveram anos de investigação, com publicações seriadas, valorizando o que Abreu (2017) definiu como uma forma de praticar o jornalismo com pesquisa e investigação como método de trabalho. Os três casos exemplificam o trabalho dos jornalistas em entrevistarem várias fontes primárias e secundárias entre testemunhas, especialistas, referenciais e, em menor escala, oficiais e oficiosas. Levantaram documentos, pesquisaram, analisaram e interpretaram dados. Confrontaram as informações, checaram, recheckaram, retornaram às fontes, saíram a campo, observaram, enfim despenderam mais tempo além de recursos humanos, ressaltando aqui o próprio empenho e dedicação do/da jornalista e recursos financeiros para produzir a investigação. Essa maior demanda de tempo para apurar e de mais custos no processo de produção, com objetivo de conferir a precisão dos dados e informações, é percebida pela pesquisadora Quesada (1987 apud SEQUEIRA 2005, p.74) como um dos diferenciais do jornalismo investigativo. Noronha (2017) discute que é justamente a disciplina empregada no processo de trabalho do/da profissional, nas escolhas das estratégias que ele/ela usa para a apuração do material e nos seus movimentos pendulares triangulando método, técnicas de

¹³ Rodolfo Walsh publicou a obra Operação Massacre, que iniciou em 1957 e finalizou em 1977, com três edições diferentes, acrescentando prólogos e notas com atualizações de dados sobre a ditadura argentina, ao longo desse período (WALSH, 2010).

¹⁴ Ida Tarbell investigou o caso durante dois anos de 1902 a 1904 e publicou a reportagem em capítulos na revista McClures' Magazine

¹⁵ Foi um dos marcos do jornalismo da segunda metade do século XX, foram dois anos de investigação, 1972 a 1974, dos jornalistas do Washington Post Bob Woodward e Carl Bernstein, com publicação de reportagens, culminando com a renúncia do presidente norte americano Richard Nixon.

apuração e dados obtidos que se desenha a peculiaridade do jornalismo investigativo como parte integrante de um conjunto de elementos elencados acima, e retomados aqui: 1) denúncia/pauta; 2) mérito do/da repórter na condução e revelação; 3) maior dispêndio de tempo e custos de produção; 4) independência das fontes oficiais e oficiosas como legitimadoras da "verdade".

Na produção da reportagem investigativa, a pauta pede que o repórter se aproprie de forma diferente dos procedimentos, que são os mesmos, mas usados com uma disciplina para investigação. É o que cada procedimento revela no caminho da investigação que determina o movimento pendular, de avançar ou retornar para o procedimento anterior. Essa disciplina de investigação é necessária tanto para fazer estas escolhas durante o processo produtivo da reportagem investigativa, como também para organizar o grande nível de informações coletadas.

Nesse processo, revela-se a importância do papel do repórter no jornalismo investigativo. Muito de sua própria observação aparece como fonte nas reportagens, mas também revela-se na subjetividade das escolhas (NORONHA, 2017, p.139-140).

O jornalismo industrial que prevaleceu no século XX, com alta tiragem, financiado acima de tudo por anúncios e gradativamente concentrando-se em empresas de conglomerados de mídia, não patrocinou a prática do jornalismo investigativo de forma usual e sinônimo de jornalismo, justamente por demandar mais custos, tempo, maior dedicação profissional, sem a dependência vital do furo e estabelecendo confrontos e embates com poderes vigentes. Desgastes comumente repelidos para o sucesso dos negócios empresariais. Coelho e Silva (2018) se referem a esse jornalismo como o "jornalismo de mercado", que para McManus (1994 apud COELHO; SILVA, 2018) a maior preocupação das empresas não era referente à informação e sim à maximização do lucro e à amplificação da audiência. "Deixou de estar em causa a mera subsistência financeira das empresas de jornalismo, para se impor a maximização do lucro e a rentabilidade máxima". (COELHO; SILVA, 2018, 76).

Sugerimos aqui que esse próprio modelo industrial da imprensa predominante no século passado, favoreceu a distinção entre a cobertura factual do jornalismo e o exercício do jornalismo investigativo. Ambos coexistiram, contudo o jornalismo investigativo não ocorreu de forma disseminada em todas as mídias jornalísticas e, muito menos, como uma especialidade de determinados veículos por um longo período de tempo consecutivo.

Na conjuntura atual do jornalismo, principalmente ocidental, impulsionada pelas transformações sociais e tecnológicas das últimas décadas entre os séculos XX e XXI,

oportunizou-se o desenvolvimento de procedimentos de apuração mais sofisticados, mais dependentes de um trabalho em equipe e, muitas vezes, multidisciplinar; guiados por outra variável de tempo/espço, demarcando ainda mais as especificidades do jornalismo investigativo e descortinando novas frentes para sua emergência.

3. Os ricos no trabalho e a vulnerabilidade de jornalistas investigativos

Na manhã do dia 29 de maio deste ano, o jornalista mexicano Héctor González Antonio, que cobria segurança pública, crimes, justiça e narcotráfico, foi encontrado morto na cidade de Victoria, no México. De acordo com a reportagem de César López Linares, publicada no Blog Jornalismo nas Américas, do Knight Center¹⁶, em 30 de maio de 2018, as primeiras investigações indicaram que ele foi morto a pedradas e, pelo menos, duas pessoas estavam envolvidas no ataque. Héctor González era correspondente em cadeia nacional do Grupo Imagem e também colaborava com dois jornais locais. Para verificar se sua morte está associada ao seu trabalho jornalístico, as investigações estão sendo conduzidas pela Procuradoria Geral da República, pelos Mecanismos de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos e Jornalistas e por fiscais que observam os Delitos contra a Liberdade de Expressão (Feadle).

Infelizmente esse não é um caso isolado no México. No dia 13 de janeiro também de 2018, o jornalista independente, mexicano, Carlos Domínguez Rodríguez foi morto a tiros na cidade Novo Laredo, no mesmo estado de Tamaulipas em que Héctor foi morto. Mas o elo dos dois jornalistas não encerra na geografia. Héctor González também assinou um texto sobre a morte do jornalista Carlos Domínguez. Assim como no caso de Héctor, há suspeita de que a morte de Carlos pode estar associada ao seu trabalho jornalístico. Ele escrevia sobre temas políticos, sociais e cobertura eleitoral e segundo seu filho já tinha recebido ameaças de morte. Representante da ONU pelos Direitos Humanos declarou que há riscos de ser jornalistas no México, sobretudo no estado de Tamaulipas "un estado ya señalado por efecto inhibitorio sobre la libertad de expresión", conforme publicou a repórter Glória Letícia Diaz,

¹⁶ Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-19718-jornalista-mexicano-que-cobria-crimes-e-seguranca-e-encontrado-morto-em-tamaulipas> Acessado em 08/06/2018

em 15 de janeiro de 2018, no site processo.com.mx.¹⁷ Uma particularidade entre o trabalho dos dois profissionais é que Héctor era contratado como repórter nacional para uma empresa de comunicação e Carlos era jornalista independente.

O México ocupa o sexto lugar no Índice Global de Impunidade do Comitê para Proteção de Jornalistas - CPJ, é considerado um dos países mais violentos do Hemisfério Ocidental para praticar jornalismo. Em 15 de maio de 2017, outro jornalista foi morto pelo exercício do seu trabalho na cidade de Culiacán. Javier Valdez Cárdenas, um dos fundadores do semanário *Ríodoce*¹⁸, especializado na cobertura do narcotráfico e de grupos criminosos, foi morto a tiros no caminho do trabalho por um grupo de pessoas encapuzadas. Javier, Carlos e Héctor estão na lista dos 21 profissionais mortos no México na última década (CPJ, 2018), na lista dos crimes impunes, porém o caso de Javier foi resolvido pela polícia em 2018, após um ano do ocorrido. À frente do México estão: Somália; Síria; Iraque, Sudão do Sul, Filipinas¹⁹. O Brasil classificou-se em oitavo lugar com 15 mortes de jornalistas que denunciavam corrupção, crimes e política em regiões periféricas aos grandes centros (CPJ, 2018). O método utilizado pela CPJ, para classificar os países de acordo com a violência cometida contra jornalistas no exercício da atividade, é proporcional, o indicador relativiza o número de mortes a partir do universo da população do respectivo país. No período de 1992 a 2018 foram confirmados 1305 assassinatos de jornalistas no mundo. Em 2018, até o mês de junho, foram 28 jornalistas, sendo um brasileiro. Durante todo o ano de 2017 foram 46, destes um brasileiro. Em 2015 registrou-se um maior número de mortes, totalizando 73, 6 foram de jornalistas brasileiros (CPJ, 2018).

Tabela 1. Dados estatísticos do Comitê para Proteção de Jornalistas

Rank	Nation	Unsolved Cases	Population (in millions)*	Rating	Change
1	Somalia	26	14.3	1.816	Down 18.4%
2	Syria	17	18.4	0.922	Up 0.3%
3	Iraq	34	37.2	0.914	Down 53.1%
4	South Sudan	5	12.2	0.409	Up 0.10%

¹⁷ Disponível em <https://www.proceso.com.mx/518558/impunidad-favorece-a-quienes-matan-o-agreden-a-periodistas-en-mexico-onu-dh> Acessado em 08/06/2018.

¹⁸ Disponível em <https://riodoce.mx/> Acessado em 10/06/2018.

¹⁹ Destaca-se que dos cinco países a frente do México, Somália e Síria estão em guerra civil e Iraque e Sudão do Sul tiveram recente cessar fogo entre os envolvidos nos conflitos e ainda buscam estabilidade pela disputa de poder.

5	Philippines	42	103.3	0.407	No change
6	Mexico	21	127.5	0.165	No Change
7	Pakistan	21	193.2	0.109	Down 2.1%
8	Brazil	15	207.7	0.072	No change
9	Russia	9	144.3	0.062	No change
10	Bangladesh	7	163.0	0.043	No change
11	Nigeria	5	186.0	0.027	No change
12	India	13	1,324.2	0.010	No change

FONTE: Population 2016 World Bank development indicators ²⁰ apud CPJ, 2018, s/p.

De acordo com o relatório da ONG Repórteres Sem Fronteiras, referente ao ano de 2017, 65 jornalistas e colaboradores de veículos jornalísticos foram mortos, um número maior do que o apontado pela CPJ, em referência ao mesmo período²¹. Uma das suposições para esta diferença entre os dois levantamentos diz respeito ao tipo e morte. Das 65, segundo a ONG, 27 ocorreram no local da cobertura, não foram visados intencionalmente, já 39 foram assassinados pelo trabalho investigativo que realizavam. Do total, 55 eram homens e 10 mulheres, o número de mulheres dobrou em relação a 2016; 50 eram jornalistas profissionais; sete eram jornalistas-cidadãos; e oito colaboradores de meios de comunicação. A maior parte, 58, morreu por causa de coberturas que realizavam em seu próprio país, este número é agravado ao ponderar que quase 46% das mortes não foram em países com conflito armados (ONG REPÓRTERES SEM FRONTEIRA, 2017).

Outro aspecto subentendido nos dados é que a vulnerabilidade e a insegurança no trabalho dos jornalistas não são de autoria de um segmento único, mas está pulverizada em focos "legais" ou legítimos e ilegais: por exemplo, governo, polícia, políticos ou crime organizado. Também revela que o crime contra a liberdade de expressão não é localizado em regimes autoritários, mas ocorre também em regimes democráticos. Para a CPJ, os últimos seis anos foram os piores na história do jornalismo contemporâneo em mortes, assassinatos e prisões, que pode estar relacionado às inovações tecnológicas e à crise econômica, tornando os veículos de comunicação mais vulneráveis assim como os profissionais independentes. As demissões e o custo mais baixo em produções independentes na plataforma digital

²⁰ Disponível em <http://data.worldbank.org> Acessado em 10/06/2018

²¹ O relatório foi divulgado em 19/12/2017. Disponível em <<http://www.dw.com/pt-br/menos-mortes-e-mais-sequestros-de-jornalistas-em-2017/a-41854748>> Acesso em 10/06/2018.

impulsionaram a abertura de sites e blogs independentes por parte dos jornalistas e de certa forma uma maior autonomia profissional nos temas de cobertura. Por outro lado, estão mais vulneráveis e descobertos na realização do trabalho, tanto em suporte jurídico quanto em relação à organização social do trabalho, como também a ataques digitais.

Frente a essas novas configurações no mercado profissional e sobretudo envolvendo jornalistas que investem em coberturas investigativas, o programa das Américas do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) lançou o relatório "A melhor defesa: ameaça a segurança dos jornalistas exige nova abordagem"²². O relatório recomenda que os jornalistas trabalhem em solidariedade para combater a violência e a impunidade que estão susceptíveis.

Entre as recomendações direcionadas aos profissionais estão:

Pesquise os riscos de cada pauta e siga as melhores práticas de organização internacionais de notícias no planejamento e na preparação de reportagens em ambiente hostil.

Faça um curso HEFAT e mantenha sua formação atualizada.

Adquira equipamentos de segurança apropriados para pautas, equipamento de comunicação e seguro.

Garanta a jornalistas locais e freelancers que você contratar, o equipamento de segurança necessário e treinamento para garantir segurança.

Proteja seus dispositivos com senhas fortes e criptografia e use ferramentas de comunicação criptografadas.

Colabore com outros jornalistas para promover a segurança, mesmo em ambientes competitivo (HIGUERA, 2017, s/p)²³.

O interessante é que o texto acima inclui a preocupação em salvaguardar o repórter freelancer, ou seja, o terceirizado, assim como a descrição sobre o que cabe às empresas, como consta no trecho abaixo:

Assine e implemente os princípios da ACOS Alliance sobre a segurança dos jornalistas freelancers.

Treine editores e editores comissionados sobre como proteger e trabalhar com freelancers em reportagens em ambientes hostis.

Pague jornalistas freelancers de forma justa e pontual, e reembolse as despesas imediatamente.

Forneça gratuita ou subsidiamente cursos HEFAT para freelancers (HIGUERA, 2017, s/p)²⁴.

²² Disponível em <https://cpj.org/reports/2017/02/Best-Defense-Threats-Safety-Journalists-Freelance-Emergencies-Attack-Digital.php> Acesso em 10/06/2018

²³ Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-18073-cpj-apresenta-relatorio-com-recomendacoes-para-jornalistas-e-medidas-para-melhorar-sua> Acesso em 10/06/2018

²⁴ Disponível em <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-18073-cpj-apresenta-relatorio-com-recomendacoes-para-jornalistas-e-medidas-para-melhorar-sua> Acesso em 10/06/2018

Apesar dos riscos, vale mencionar que assim como ocorreu anterior ao período do Watergate, quando a imprensa de maneira geral estava em descrédito sobretudo pela influência do cenário pós Segunda Guerra Mundial de praticar um jornalismo em defesa dos interesses norte americanos, atualmente a imprensa também está em descrédito, motivado por outros motivos. Assim, a prática mais intensiva do jornalismo investigativo soa como favorável tanto à profissão como ao profissional e também aos interesses públicos.

4. Análise das entrevistas

As respostas dadas pelos jornalistas que participaram de nossa pesquisa corroboram com o cenário de precarização do mercado jornalístico, como já revelado a partir de números nas seções anteriores deste artigo. Embora a carreira jornalística esteja, desde sua origem, relacionada majoritariamente ao contexto de desvalorização (SCHUDSON, 2010), os números têm demonstrado que este quadro está longe de mudar. Insatisfeitos com a flexibilização do trabalho por parte da empresa, os jornalistas buscam novas oportunidades, contudo o exercício independente deste ofício apresenta riscos cujas medidas de prevenção, combate e responsabilização são difíceis de aplicar. Trata-se de um desafio.

Três dos quatro entrevistados²⁵ para nossa pesquisa revelaram já ter passado por redações convencionais de grandes empresas de comunicação, seja em âmbito local ou nacional, a exemplo da Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo, Gazeta do Povo (Paraná) e Rede Massa (afiliada paranaense do SBT). Apenas uma repórter teve trajetória exclusivamente no campo independente e investigativo.

Os quatro entrevistados para este estudo apontaram diferentes motivos para atuarem nessa área do jornalismo, como a falta de vagas no mercado, a possibilidade de um trabalho autoral e com maior maleabilidade de tempo, por ter aberto uma empresa de mídia voltada para o jornalismo investigativo e empreendedor e em razão da não concordância do corte de custos pelas empresas de comunicação.

²⁵ Para este estudo, optou-se em manter o anonimato dos entrevistados pela atuação profissional que exercem. Com isso, os entrevistados serão identificados como Reporter 1, Reporter 2, Repórter 3 e Repórter 4. A coleta das entrevistas se deu através de um preenchimento de um questionário com perguntas abertas e fechadas pela plataforma Google Forms entre o período de 13 e 20 de junho de 2018.

Antes de entrar na questão da segurança, é válido apontar um panorama sobre a situação dos jornalistas participantes. Um dos dados que chamam atenção é que todos entraram nessa área do jornalismo de forma independente a partir da segunda metade do século XXI, sendo o mais antigo há seis anos. O período corresponde ao agravamento da crise do modelo industrial no jornalismo (RIFKIN, 1995) e surgimento dos PJ's na área (FÍGARO, 2013). Além do mais, o perfil dos entrevistados tem idades entre 26 a 58 anos e são graduados em jornalismo.

Sobre a segurança desses profissionais – que é o foco deste artigo, a oferta de garantias por parte das empresas que contratam o *freelancer* para produção de conteúdos, demonstra ser um desafio. Sem uma organização por trás do jornalista, para oferecer apoio logístico e, em muitos casos, jurídico, tanto a reportagem como a vida do repórter ficam ameaçados.

Segundo dois entrevistados, em caso de prestação de serviço, como jornalista independente, as empresas oferecem seguros para o colaborador. Um dos sites oferta contra riscos de acidentes para os que necessitam viajar, enquanto o segundo estipula um seguro de vida durante o processo de apuração. Outro jornalista respondeu que esse tipo de garantia nunca foi tratado no momento da contratação dos serviços pelo veículo de comunicação. Já uma entrevistada afirmou que não recebeu nenhuma garantia de segurança, com o apoio limitando-se apenas ao jurídico em eventuais queixas judiciais de um dos envolvidos na reportagem após a sua publicação. É importante destacar que, em nenhuma das trajetórias analisadas, os jornalistas precisaram desse tipo de recurso. De modo que neste estudo não conseguimos mensurar a eficácia desse dispositivo de proteção.

Por outro lado, frisa-se que mesmo não sendo necessário recorrer à empresa por questões de segurança durante o processo de produção de reportagem, todos relataram ter sofrido algum tipo de retaliação que pudesse ferir as suas integridades, sejam elas físicas ou morais, conforme relato do repórter 1:

Em uma reportagem que produzi para a Folha de São Paulo, por exemplo, passei a receber ameaças via Messenger do filho de um traficante que mencionei na reportagem. Nem comuniquei à direção do jornal a respeito, pois avaliei que não tendo vínculo empregatício não teria respaldo jurídico da empresa. Em todo caso, fiz uma ata notarial com o teor das ameaças e comuniquei à Polícia Federal, que por sua vez nem se interessou pelo caso. Esse é um caso do total desamparo a que um

jornalista está sujeito com essas novas relações trabalhistas flexibilizadas, somada ao descaso das autoridades policiais que fazem pouco caso desse tipo de ameaça. (REPÓRTER 1, 2018)

Outra jornalista também relata que parte da insegurança enfrentada durante a apuração de um reportagem ocorreu pela falta de orientação do jornal para o qual estava contratada como *freelancer*:

Enfrentei falta de orientação dos editores sobre como deveria me comportar, me apresentar, apresentar meus dados pessoais reais ou não, e questões de segurança: após concluir parte da apuração com câmera escondida, eu e uma colega fomos seguidas na rua por um servidor público. (REPÓRTER 2, 2018).

Como forma de amenizar os riscos enfrentados no dia-dia da apuração, táticas de prevenção são adotadas pelos jornalistas, como o trabalho em equipe, exercido por três dos quatro entrevistados nesta pesquisa, nunca andar sozinha e até mesmo não revelar ser jornalista. Nessa atuação, que pode levar até cinco meses para concluir uma reportagem, de acordo com as experiências relatadas pelos entrevistados, há algumas medidas que valem para qualquer tipo de reportagem, a exemplo do contato constante com a redação, rigor na apuração das informações, respeito ao sigilo da fonte jornalística. A questão que fica é: diante do cenário de violência contra jornalistas - sobretudo na América Latina - essas medidas seriam suficientes?

Em geral, as respostas revelam a fragilidade das condições desse tipo de trabalho e corroboram com a preocupação desta reflexão. "Só a experiência de anos de atividade pode garantir uma segurança maior ao jornalista", disse o Repórter 1.

Ao não terem amparo consistente por parte das empresas, outras instituições são procuradas pelos jornalistas, conforme apontam os entrevistados. A mais citada foi o sindicato do jornalista no qual o profissional é vinculado, mencionado por três das quatro entrevistas. Ministério Público e polícias (Civil, Federal ou Militar, dependendo do caso) também aparecem na lista. Isso demonstra a participação do veículo de comunicação é transferida para outras instituições e para o próprio jornalista – que através de suas táticas pessoais procuram inibir eventuais riscos, sejam eles de morte, agressão física ou moral e de ações judiciais. Ou seja, além de se submeterem a contratos precários de trabalho, sem as

mesmas garantias estipuladas pela CLT, o profissional ainda tem que se preocupar em terminar a produção da reportagem com sua integridade intacta.

5. Considerações finais

O crescimento de jornalistas atuando como *freelancers* e independentes - sejam motivados por uma opção profissional de trabalhar sem responder às determinações editoriais de um veículo ou por uma ação da empresa em romper com os vínculos empregatícios, decorrente dos cortes no mercado profissional -, aumentou a vulnerabilidade e falta de proteção ao profissional no exercício do seu trabalho investigativo.

Há que se destacar ainda o papel de instituições como as organizações de classe e órgãos de investigação do Estado na garantia da segurança dos jornalistas. Nas respostas que recebemos, menções a sindicatos, Abraji (Associação de Jornalismo Investigativo) e Ministério Público foram frequentes. Isso demonstra que os jornalistas têm clareza quanto às organizações que podem ajudá-los em situações de risco profissional.

Entretanto, esse apoio parece não estar sendo suficiente para garantir o livre exercício da profissão. Quadro que se agrava ainda mais se nos detivermos sobre o setor investigativo. Dados da Fenaj apontam que o número de processos contra jornalistas por injúria, calúnia ou difamação dobrou em 2016 na relação com o ano anterior. Segundo a organização, as ações têm intenção de intimidar os repórteres e baseiam-se em legislações ultrapassadas, o que convoca as instâncias políticas para este debate. Mesmo porque as pressões ao trabalho jornalístico não se encerram aí. Os interessados em cercear a liberdade de expressão usam, além de artifícios autorizados por leis ultrapassadas, táticas para inviabilizar ou ao menos desarticular o direito de defesa dos jornalistas.

Há situações em que mais de um jornalista é alvo, como no estado do Paraná, onde no ano passado [2016], dezenas de ações civis semelhantes foram impetradas em diferentes comarcas por juízes, magistrados e procuradores contra cinco profissionais do jornal Gazeta do Povo, do Paraná. A iniciativa coordenada resultava em pesados custos para deslocamento e, ao mesmo tempo, impedia o trabalho normal dos profissionais (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS JORNAIS, s/p)²⁶.

²⁶ Íntegra disponível em: <<http://www.anj.org.br/2017/04/13/com-base-em-legislacao-ultrapassada-dobra-o-numero-de-processos-contrajornalistas-no-brasil/>> Acesso em 13 de junho de 2018.

Frente a essa realidade é necessário reforçar também nas escolas de formação em jornalismo a abordagem sobre questões de segurança e ações a serem desenvolvidas durante o processo de produção jornalística. Também é pertinente uma maior difusão sobre a existência de entidades e associações nacionais e internacionais que atuam alinhadas com o trabalho jornalístico, como a Abraji, Comitê para a Proteção de Jornalistas, Repórteres Sem fronteiras, Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação, UNESCO e o próprio Knight Center que promove cursos de proteção para os profissionais.

Referências bibliográficas

ABREU, A. A. de. Desafios da notícia. O jornalismo brasileiro ontem e hoje. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

CHARRON, J.; BONVILLE, J. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Ed. Insular, 2016.

COELHO, P.; SILVA, M. T. da. O lucro social e financeiro do jornalismo de investigação. In: Revista Media & Jornalismo. V.18, N.32, p.73-94.

COMITÊ PARA A PROTEÇÃO DE JORNALISTAS, 2018. Disponível em cpj.org/reports/2017/02/Best-Defense-Threats-Safety-Journalists-Freelance-Emergencies-Attack-Digital.php Acesso em 10/06/2018

DÍAZ, G.L. La ONU-DH exige a autoridades esclarecer asesinato del periodista Carlos Domínguez Rodríguez. Publicado em 15 de janeiro de 2018. In proceso.com.mx Disponível em <https://www.proceso.com.mx/518558/impunidad-favorece-a-quienes-matan-o-agreden-a-periodistas-en-mexico-onu-dh> Acesso em 10/06/2018.

EKDALE, B., TULLY, M., HARMSSEN, S., & SINGER, J. B. **Newswork within a culture of job insecurity: Producing news amidst organizational and industry uncertainty**. Journalism Practice, 9(3), 2015, 383-398.

FÍGARO, R. As mudanças no mundo do trabalho do jornalista. São Paulo: Atlas, 2013.

HIGUERA, S. CPJ apresenta relatório com recomendações para jornalistas e medidas para melhorar sua segurança. In: Blog nas Américas, Knight Center, publicado em 02/03/2017. Disponível em [//knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-18073-cpj-apresenta-relatorio-com-recomendacoes-para-jornalistas-e-medidas-para-melhorar-sua](http://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-18073-cpj-apresenta-relatorio-com-recomendacoes-para-jornalistas-e-medidas-para-melhorar-sua) Acesso em 10/06/2018.

INVESTIGATIVE REPORTERS AND EDITORS. The Ire casebook: 100 selected investigations. Columbia: University of Missouri Press, 1993.

KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LOPES, D. F.; PROENÇA, J. L (Org). **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MICK, Jacques. Detalhamento metodológico da pesquisa “Perfil profissional do jornalismo brasileiro”. Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2012/04/PerfilJornal_Metodologia.pdf> Acesso em 13 de junho de 2018.

MICK, J.; LIMA, S. **Perfil do jornalista brasileiro**. Características demográficas, políticas e do trabalho. Florianópolis: Insular, 2013.

NEGRINI, R. The communication of politics. Londres: Sage, 1996

NORONHA, M. G.; ROCHA, P. M. Jornalismo Investigativo: O processo de produção da reportagem pela perspectiva do repórter In: IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 2017, São Paulo. **Anais do IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo**. São Paulo: ABRAJI, 2017. v.4. p.1 - 20

NORONHA, M.G. As especificidades do jornalismo investigativo: um estudo sobre o processo de produção jornalística investigativa. Ponta Grossa: UEPG. 2017. 214p. Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

ONG REPÓRTERES SEM FRONTEIRA, 2017. Disponível em //rsf.org/pt Acesso em 10/06/2018

ÖRNEBRING, H. **Journalists thinking about precarity: Making sense of the “new normal”**. In International Symposium Online Journalism. V.8., n.1, 2018, p. 109 -126.

PANACIONI, G.; ROCHA, P. M.O saber em empreendedorismo no campo do jornalismo: uma análise de iniciativa autodenominada independente com escopo em jornalismo investigativo. COMMUNICARE (SÃO PAULO). , v.17, p.126 - 139, 2017.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, 1 (24). Porto Alegre: UFRGS, 2011.p. 38-57.

REYES, G. **Periodismo de Investigación**. México, Trillas, 1999.

RIFKIN, J. **The end of work**. The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era. New York: Tarcher Putnam Book, 1995.

ROCHA, P. M.; SOUSA, J. P. **Rumos do Jornalismo na Sociedade Digital: Brasil e Portugal**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2008.

ROCHA, P. M. A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira. São Carlos: UFSCar, 2004. 241 p. Tese (**Doutorado**) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.